

Charles-Louis de Secondat, Montesquieu 1689 a 1755

Espírito das Leis

- As leis obedecem a tendências, motivos e hábitos que variam no tempo e no espaço, mas que podem ser examinadas pela razão para elucidar o aparente caos das legislações
- *Toda lei tem sua razão, pois é relativa a um elemento físico, moral ou social; é, portanto, uma relação*

Teoria dos Governos

- República
- Monarquia
- Despotismo

Teoria Clássica dos Governos

- Democracia
- Aristocracia
- Monarquia

Governo

- República: povo com o poder soberano
- Monarquia: um no poder; leis fixas e estabelecidas
- Despotismo: um no poder; sem leis ou regras

Aspectos importantes

- Natureza: estrutura particular do governo
- Princípio: é o que faz agir
- República democrática
- Virtude.
- O Estado deve sacrificar a si mesmo para evitar o egoísmo, a indisciplina e a ganância
- República aristocrática
- Espírito de moderação.
- Nobreza.

- Monarquia
- Honra – preconceito de cada pessoa e de cada condição.
- Leis fixas e estabelecidas.
- Despotismo
- Violência e temor.
- Sem regras e sem leis.

Teoria dos Climas

- Bodin – três climas
- Norte ou Setentrão: força, brutalidade, povo intempestivo, casto e pudico; sem palavra e inconstante
- Sul: lúbrico, vingativo e astucioso; afeitos às ciências ocultas e contemplativas; governos religiosos
- Temperado: razão e justiça

Ar frio

- Restringe a extremidade das fibras exteriores
- Força
- Franqueza
- Ousadia

Ar quente

- Relaxa as fibras exteriores
- Intrigas
- Despotismo
- Abusos

Espírito Geral

- Coisas que governam o homem: leis, climas, governos, religiões, costumes...

Jean-Jacques Rousseau 1712 a 1778

- Qual é a natureza do governo apto a formar o povo mais virtuoso, mais

esclarecido, mais sensato, o melhor enfim, tomando a palavra no mais amplo sentido?

- Qual é o governo que, por natureza, sempre se conserva o mais próximo da lei? Daí, que é a lei?

Soberano

- Distinção radical entre soberano e governo
- Não há direito do mais forte e nem na autoridade do pai – preceitos absolutistas
- Fundamento legítimo da obrigação – convenção estabelecida entre todos os membros do corpo social
- Não há pacto social senão o originado pelo consentimento unânime

Fundamental

- Cada um de nós coloca em comum a sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral, e nós recebemos em corpo cada membro como parte indivisível do todo.
- Estamos obrigados, sem estarmos sujeitos a ninguém e, portanto, somos tão livres quanto antes

Curioso

- Cidadão e Súdito
- Cidadão
- Membro do soberano, participante do corpo político
- Soberano – ativo
- Estado - passivo
- Súdito
- Obediente às leis votadas pelo corpo político do qual é soberano

Vontade Geral

- Definição

- Não é a vontade da maioria
- Separação:
- Interesse particular – pecado
- Vontade Geral - redenção

Diferença

- Critério da diferença é a moralidade
- Não é uma diferença de graus, mas sim de natureza
- Homem
- Entender a ideia de liberdade de Rousseau, significa pensar no universo da dependência

Dependência

- Das coisas
- É natural e não interfere na questão da liberdade
- Esta necessidade está além dos caprichos e dos desejos individuais
- Eis aqui a Lei como expressão desta dependência natural
- A Lei como expressão da vontade geral
- Homens
- É ruim porque social
- É ruim por se prender a desejos e a interesses particulares

Pacto social

- Restaura a igualdade natural ao homem social.
- É o equivalente social de sua igualdade natural.
- O pacto substitui a igualdade natural por uma igualdade moral e legítima.
- Não existe o pressuposto da desigualdade física ou o direito do mais forte.

Estado

- Assegura a posse legítima da verdadeira propriedade – esta é a

propriedade-direito que substitui a propriedade-fato do estado de natureza

- Perigo do Estado
- Tráfico da liberdade pública que origina a Tirania – a dissolução do corpo social e o fim da vontade geral
- *Quereis então dar consistência ao Estado? Aproximai os graus extremos tanto quanto possível; não suporteis nem opulentos nem indigentes. Essas duas condições, naturalmente inseparáveis, são igualmente funestas ao bem comum... Que nenhum cidadão seja assaz opulento para poder comprar outro e que nenhum seja bastante pobre para se achar constrangido a vender-se.*
- Esta passagem do estado natural ao estado civil produz no homem notabilíssima transformação, substituindo, em seu comportamento, o instinto pela justiça, e dando às suas ações a moralidade que antes lhe faltava.

Soberania

- Definição
- Confunde-se com a Vontade Geral
- Características:
- Inalienável
- Indivisível
- Infalível
- Absoluta

Características

- Inalienável: não pode ser representativa (diferente de Montesquieu)
- Indivisível: a vontade é geral ou não é
- Infalível: não pode existir a participação da sociedade parcial (ex.: sindicato)
- Absoluta.

Lei e Soberano

- O soberano possui a qualidade fazer lei, pois é o povo incorporado
- E a lei não pode ser injusta porque ninguém é injusto consigo mesmo

Formas de governo

- Democracia – mau governo; confusão soberano e governo
- Monarquia – está além do contrato social
- Aristocracia:
- Hereditária é ruim
- Eletiva é melhor

Religião Civil

- Religião do Homem
- Cristianismo do Evangelho; sem utilidade ao corpo político
- Religião do Cidadão
- Cidade Antiga; força suplementar do Estado ao unir o culto divino e o amor às leis; é, entretanto, exclusiva e pautada na mentira e no erro, além de intolerante
- Religião do Sacerdote
- Dá aos homens duas legislações, impedindo que sejamos, ao mesmo tempo, cidadãos e devotos
- Religião Civil
- Obedecer sem crer, sem comprometer a consciência

François Marie Arouet, Voltaire

1694 a 1778

Ideias gerais

- Crítico do Absolutismo
- Inimigo da Igreja Católica
- Defensor da razão e da liberdade

Importante

- Não fazia especulações abstratas
- Expunha e defendia pensamentos, sem muito rigor analítico

Influências - Newton

- Observação e experimentação
- Crença em um ser superior e criador do Universo – lei da gravitação universal

Influências - Locke

- Teoria empirista do conhecimento
- Limitação da mente finita em alcançar o conhecimento infinito

Influências - Pascal

- Pensamento ético e moral de Voltaire
- Pascal – pecado original, graça, predestinação, providência divina
- Voltaire critica tais ideias e defende criar um programa de melhorias sociais para aprimorar os homens

Doutrinas

Empirismo

- Todo o conhecimento tem origem na experiência
- Ceticismo
- Atitude espiritual
- A metafísica não pode gerar conhecimento, pois lhe faltam a observação e a experimentação

Deísmo

- Há uma ordem inerente na Natureza que, por sua vez, não é caótica
- O Criador fez o mundo e o abandonou
- Religião Natural
- Nega a providência divina e questiona a bondade de Deus

- Crítica o dogma do pecado original e a liberdade do homem em escolher o bem e o mal como teste da alma humana

Humanismo ético

- O mal sempre existe, mas é possível superá-lo com a razão e o trabalho
- Bem e Mal como realidades sociais
- A felicidade social é sua grande preocupação

Liberdade intelectual

- Justiça como base da ética
- Combate contra a intolerância, o fanatismo e a superstição

Exercícios:

1. (UEFS BA/2013) “É uma verdade eterna: qualquer pessoa que tenha o poder tende a abusar dele. Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder”. (MONTESQUIEU. In: AQUINO et al. 1993, p. 122). MONTESQUIEU. In: AQUINO, R. et al. História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais. 28. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

A afirmativa do filósofo Montesquieu, a respeito da ação e da contenção do poder, originou

a) a proposta para a condenação à morte, pela vontade popular, de todo o chefe de poder que se torne absoluto.

b) o movimento renascentista, responsável pela ideia de que “os fins justificam os meios”.

c) as ideias anarco-sindicalistas, defensoras da intervenção militarista no Estado e da completa ausência de leis.

d) a teoria da divisão da soberania em três poderes independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

e) o movimento operário, no Brasil Império, destinado a conter o poder da monarquia absolutista que governava o país.

2. (IFGO/2014) É possível estabelecer relações entre os seguintes movimentos da história: Revolução Francesa; Independência dos Estados Unidos da América; Iluminismo. Tais movimentos, de alguma forma, expressaram a crise do Antigo Regime. Nos casos do movimento Iluminista e da Revolução Francesa, é possível identificar questionamentos dos revolucionários quanto ao excesso de autoridade do clero e da nobreza sobre os demais setores da sociedade. Além disso, a França passava por um período de crise econômica, decorrente da sua participação na guerra da independência norte-americana e dos elevados custos financeiros da corte do rei absolutista Luís XVI.

Em 1791, os revolucionários franceses promulgaram uma nova Constituição, a partir dos princípios preconizados por Montesquieu. Assinale a alternativa que contenha um fundamento do novo regime estabelecido com a nova Constituição francesa e que se faz presente na realidade política brasileira atual.

a) a subordinação do Judiciário ao Legislativo.

b) o fortalecimento da monarquia absolutista.

c) a divisão do poder político em executivo, legislativo e judiciário.

d) a supremacia do Judiciário sobre os outros poderes políticos.

e) o estabelecimento da soberania popular, sob quaisquer circunstâncias políticas.

3. (UFMT/2015) Montesquieu (1689 – 1755), na obra O espírito das Leis, afirma: “Quando os poderes legislativo e executivo ficam reunidos numa mesma pessoa ou instituição do Estado, a liberdade desaparece [...] Não haveria também liberdade se o poder judiciário se unisse ao executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. E tudo estaria perdido se uma mesma pessoa ou instituição do Estado exercesse os três poderes: o de fazer leis, o de ordenar a sua execução e o de julgar os conflitos entre os cidadãos”.

A partir dessas informações sobre a filosofia política de Montesquieu e a divisão que propõe do poder, é correto afirmar:

a) O poder judiciário aplica as leis; o poder legislativo cria e aprova as leis; o poder executivo executa normatizações e deliberações referentes à administração do Estado.

b) O poder judiciário tem força para administrar o executivo; o poder executivo tem força para conduzir o judiciário; o poder legislativo tem força para tutelar o judiciário.

c) O poder legislativo aplica as leis; o poder executivo gerencia as normatizações e deliberações relacionadas à administração do Estado; o poder judiciário aprova as leis.

d) O poder executivo cria as leis; o poder judiciário sanciona as leis; o poder legislativo efetiva as leis na administração do Estado.

4. (UEBA) No período do Iluminismo, no século XVIII, o filósofo Montesquieu defendia:

- a) divisão da riqueza nacional.
- b) divisão dos poderes executivo, legislativo e judiciário.
- c) divisão da política em nacional e internacional.
- d) formação de um Poder Moderador no Congresso Nacional.
- e) implantação da ditadura moderna.

5. O contratualismo é uma escola de pensamento a partir da qual várias interpretações sobre a natureza humana e o surgimento das sociedades civis foram concebidas. Para os contratualistas, o ser humano:

- a) era como uma tábula rasa, pois nascia completamente desprovido de qualquer tipo de ideia ou consciência.
- b) vivia em um estado de natureza anterior às organizações sociais ou políticas que temos hoje.
- c) era um animal desprovido de qualquer tipo de capacidade de relação social.
- d) era o único ser vivo do planeta capaz de manter relações sociais.

6. Leia o texto a seguir.

A questão não está mais em se um homem é honesto, mas se é inteligente. Não perguntamos se um livro é proveitoso, mas se está bem escrito. As recompensas são prodigalizadas ao engenho e ficam sem glórias as virtudes. Há mil prêmios para os belos discursos, nenhum para as belas ações. (ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre as ciências e as artes. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.348. Coleção Os Pensadores).

O texto apresenta um dos argumentos de Rousseau à questão colocada em 1749, pela Academia de Dijon, sobre o seguinte problema: O restabelecimento das Ciências e das Artes terá contribuído para aprimorar os costumes?

Com base nas críticas de Rousseau à sociedade, assinale a alternativa correta.

- a) As artes e as ciências geralmente floresceram em sociedades que se encontravam em pleno vigor moral, em que a honra era a principal preocupação dos cidadãos.
- b) A emancipação advém da posse e do consumo exclusivo e diferenciado de bens de primeira linha, uma vez que o luxo concede prestígio para quem o possui.
- c) O amor-próprio é um sentimento positivo por meio do qual o indivíduo é levado a agir moralmente e a reconhecer a liberdade e o valor dos demais.
- d) O objetivo das investigações era atingir celebridade, pois os indivíduos estavam obcecados em exibir-se, esquecendo-se do amor à verdade.

7. “A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto pela justiça dando às suas ações a moralidade que antes lhes faltava. É só então que, tomando a voz do dever o lugar do impulso físico, e o direito o lugar do apetite, o homem, até aí levando em consideração apenas sua pessoa, vê-se forçado a agir baseado em outros princípios e a consultar e ouvir a razão antes de ouvir suas inclinações. Embora nesse estado se prive de muitas vantagens que frui da natureza, ganha outras de igual monta: suas faculdades se exercem e se desenvolvem, suas ideias se alargam, seus sentimentos se enobrecem, toda sua alma se eleva a tal ponto que (...) deveria sem cessar bendizer o instante feliz que dela o arrancou para sempre e fez, de um animal estúpido e limitado, um ser inteligente e um homem”. Rousseau. Com base no texto, seguem as seguintes afirmativas:

I. A mudança significativa que ocorre para o homem, na passagem do estado natural para o estado civil, é a de que o homem passa a conduzir-se pelos instintos, como um “animal estúpido e limitado”.

II. A conduta do homem, no estado natural, é baseada na justiça e na moralidade e em conformidade com princípios fundados na razão.

III. Ao ingressar no estado civil, na sua conduta, o homem substitui a justiça pelo instinto e apetite, orientando-se, apenas, pelas suas inclinações e não pela “voz do dever” e sem “ouvir a razão”.

IV. Com a passagem do estado de natureza para o estado civil, o homem passa a agir baseado em princípios da justiça e da moralidade, orientando-se antes pela razão do que pelas inclinações.

V. Com a passagem do estado de natureza para o estado civil, o homem obtém vantagens que o faz um “ser inteligente e um homem”, obtendo, assim a “liberdade civil”, submetendo-se, apenas, “à lei que prescrevemos a nós mesmos”.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas I e V estão corretas.
- d) Apenas IV e V estão corretas.
- e) Apenas II e V estão corretas.

8. (FMJ SP/2014) É necessário termos presente não só o progresso técnico como também o clima geral da economia, no qual surgem os primeiros sinais da “revolução industrial”: longo período de expansão que tem o seu início cerca de 1730, primeiro no domínio agrícola (progresso econômico e acréscimo da produção que permitem alimentar uma população mais numerosa), conjuntura favorável ao lucro e as atividades manufatureiras, crescimento das cidades e dos portos, poderio dos armadores e dos negociantes, dos quais Voltaire faz o panegírico nas suas Cartas Inglesas: “O comércio, que enriqueceu os cidadãos na Inglaterra, contribuiu para os tornar livres, e essa liberdade deu por sua vez maior expansão ao comércio; daí se formou o poderio do Estado”. (Jean Touchard (org.). História das ideias políticas, 1970.

Adaptado).

No contexto apresentado, Voltaire

- a) sustenta a necessidade fundamental de a sociedade organizar-se de forma estamental.
- b) argumenta que a excessiva liberdade econômica pode gerar nas nações tirania política.
- c) denuncia a insustentabilidade das práticas econômicas essenciais sem a tutela estatal.
- d) entende o desenvolvimento do comércio como causa e consequência da liberdade dos cidadãos.
- e) apoia as monarquias absolutistas europeias fundadas no direito divino dos reis.

9. (UFF 2010) O escritor e filósofo francês Voltaire, que viveu no século XVIII, é considerado um dos grandes pensadores do Iluminismo ou Século das Luzes. Ele afirma o seguinte sobre a importância de manter acesa a chama da razão:

“Vejo que hoje, neste século que é a aurora da razão, ainda renascem algumas cabeças da hidra do fanatismo. Parece que seu veneno é menos mortífero e que suas goelas são menos devoradoras. Mas o monstro ainda subsiste e todo aquele que buscar a verdade arriscar-se-á a ser perseguido. Deve-se permanecer ocioso nas trevas? Ou deve-se acender um archote onde a inveja e a calúnia reacenderão suas tochas? No que me tange, acredito que a verdade não deve mais se esconder diante dos monstros e que não devemos abster-nos do alimento com medo de sermos envenenados”.

Identifique a opção que melhor expressa esse pensamento de Voltaire.

- a) Aquele que se pauta pela razão e pela verdade não é um sábio, pois corre um risco desnecessário.
- b) A razão é impotente diante do fanatismo, pois esse sempre se impõe sobre os seres humanos.
- c) Aquele que se orienta pela razão e pela verdade deve munir-se da coragem para enfrentar o obscurantismo e o fanatismo.
- d) O fanatismo e o obscurantismo são coisas do passado e por isso a razão não precisa mais estar alerta.
- e) A razão envenena o espírito humano com o fanatismo.

10. (FGV/2016) “O gênero humano é de tal ordem que não pode subsistir, a menos que haja uma grande infinidade de homens úteis que não possuam nada”. (Dicionário filosófico, verbete Igualdade)

“O comércio, que enriqueceu os cidadãos na Inglaterra, contribuiu para os tornar livres, e essa liberdade deu por sua vez maior expansão ao comércio; daí se formou o poderio do Estado”.

(Cartas inglesas)

Sobre os trechos de Voltaire, é correto afirmar que o autor

a) define, com suas ideias, os interesses da burguesia como classe, no século XVIII: o comércio como condição para a acumulação de capital, a riqueza como fator de liberdade e do poder de Estado e a propriedade ligada à desigualdade.

b) crê, como filósofo iluminista do século XVIII, nas igualdades social e política, pois a filosofia burguesa elabora uma doutrina universalista que confunde a causa da burguesia com a de toda a humanidade.

c) critica a centralização do poder na medida em que ela breca a liberdade, impedindo o progresso das técnicas e a expansão do comércio que geram riqueza, e, ao mesmo tempo, aceita a propriedade como fundamento da igualdade.

d) considera que a burguesia não se constitui em uma classe no século XVIII, e ela precisa do poder do Estado centralizado para garantir a sua riqueza e, nessa medida, aproxima-se da nobreza para obter apoio político.

e) defende, como representante da Ilustração, a liberdade ligada à ausência da propriedade e elabora princípios universais, com direitos e deveres para todos os homens, o que faz a igualdade econômica ser o fundamento da sociedade.

Gabarito:

1. D. Para evitar o abuso do poder, abuso expresso pela ideia de poder divino e absoluto dos reis, Montesquieu propôs a fragmentação dos poderes em uma esfera de harmonia e equivalência, dividida em Executivo, Legislativo e Judiciário.

2. C. A fragmentação do poder ou a sua tripartição, proposta por Montesquieu, é base para as Constituições modernas e democráticas, como a Constituição Brasileira.

3. A. Como apresentado na alternativa, os três poderes são harmoniosos e equivalentes, mas cumprem funções distintas e complementares, também apresentadas na alternativa correta.

4. B. Montesquieu defendia a fragmentação ou tripartição dos poderes, pois ele era iluminista e liberal, além de se colocar contra os ideais absolutistas e mercantilistas defendidos pelo Antigo Regime.

5. B. A metáfora do contrato social é uma referência para explicar o surgimento das sociedades e seus valores anteriores ao estado social.

6. D. A celebridade, a fama e o status se tornam mais importantes do que a ideia da verdade.

7. D. A frase I está incorreta, pois no estado de sociedade a razão substitui os instintos; II. Os fundamentos da razão ainda não são predominantes; III. O estado civil é pautado na razão, nos deveres e não no apetite ou instinto.

8. D. A liberdade civil teria garantido, ao mesmo tempo, o desenvolvimento do comércio.

9. C. O Iluminismo deveria combater a superstição, a ignorância e o obscurantismo que eram as bases do Antigo Regime.

10. A. Faz uma referência ao desenvolvimento do comércio como elemento fundador da liberdade e faz críticas a propriedade e ao poder estatal como bases para as desigualdades sociais.